



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO DE 12/04/2011 – ITEM 40

TC-000279/026/09

Prefeitura Municipal: Juquitiba.

Exercício: 2009.

Prefeita: Maria Aparecida Maschio Pires.

Acompanha: TC-000279/126/09.

Advogados: Paulo Rogério Bittencourt, Edlaine Cristina Xavier Chrisóstomo e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-7 - DSF-II.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Juquitiba**, relativas ao **exercício de 2009**.

Responsável pela fiscalização “in loco”, a DF-7.2 elaborou o relatório de fls.26/81, no qual consignou as seguintes ocorrências:

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FÍSICA – autorização na Lei Orçamentária Anual para abertura de créditos suplementares em percentual elevado; descumprimento dos prazos legais de tramitação dos projetos de Lei Orçamentária de 2009 – LDO E LOA entre o Executivo e o Legislativo; ausência de estimativa e compensação da renúncia fiscal de receitas para o exercício em apreço;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

desatendimento do disposto no artigo 22, parágrafo único, inciso V, da Lei Fiscal.

DÍVIDA ATIVA – baixo índice de recuperação dos créditos; elevação do saldo da dívida; cancelamento de saldo anterior; não atualização monetária da dívida; diferença entre a movimentação financeira e o Anexo 14-Balanco Patrimonial.

CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

– **CIDE** – aplicação dos recursos em desconformidade com os termos dos artigos 1-A e 1-B da Lei Federal nº 10.336/2001; não formulação de demonstrativo específico, descumprindo o § 14, do artigo 1º-A da referida lei.

ROYALTIES – não aplicação da receita nos moldes prescritos no artigo 8º da Lei nº 7.990/89 e artigo 24 do Decreto Federal nº 1/91.

APLICAÇÃO NO ENSINO – destinação de 26,27% das receitas oriundas de impostos no ensino global; dos recursos advindos do Fundeb despendeu 81,75% na valorização do magistério; utilizou 99,96% da receita do aludido Fundo durante o exercício, sendo a parcela diferida aplicada no primeiro trimestre de 2010; glosas de gastos relativos aos restos a pagar não quitados até 31.01.2010¹; divergências entre as informações da origem e as transmitidas pelo

¹ R\$ 436.024,31 (demonstrativo de fl.39).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

sistema Audep; incorreções na classificação das despesas no ato da emissão de empenhos.

DESPESAS COM SAÚDE – dispêndios equivalentes a 21,03% da receita de impostos; valores inscritos em Restos a Pagar não quitados até 31.01.2010; não aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal.

DESPESAS COM PRECATÓRIOS – pagamentos dos requisitórios de baixa monta incidentes em 2009 e mais 10% advindo do saldo anterior; cumprimento da posição jurisprudencial da Corte; registro das pendências relativas ao passivo judicial no Balanço Patrimonial.

TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA DOS VEREADORES – obediência ao limite imposto pelo artigo 29-A da Constituição Federal.

DESPESAS COM ADIANTAMENTOS – desatendimento ao disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64; gastos efetuados sem prévio empenho; classificação de despesas em elemento econômico incorreto; precariedade na autuação dos respectivos processos.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – déficit de 0,74%.

INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO – elevação do déficit financeiro;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

constatação de diferença de R\$ 101.043,30 no resultado financeiro apurado.

CONSISTÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS ECONÔMICO E PATRIMONIAL – divergência entre o resultado financeiro constatado e o registrado no Balanço Patrimonial.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – remanejamentos e transferências significando 41,28% da despesa inicial.

LICITAÇÕES – não adesão à Bolsa Eletrônica de Compras e ao Pregão Eletrônico.

DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES – contratação direta de prestador de serviços na área da saúde.

ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS – desobediência, em virtude de restos a pagar de anos anteriores.

QUADRO DE PESSOAL – desatendimento ao disposto no § 6º, do artigo 39 da Carta Magna; falta de controle dos funcionários cedidos a outros órgãos; existência de cargos em comissão para funções de natureza diversa; pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade sem critérios definidos; servidores com mais de um período de férias vencidas.

REGIME PREVIDENCIÁRIO – pagamento de aposentadorias e pensões de funcionários, ausente de fundamentação; aposentadorias



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

e pensões de servidores sem o processamento em folha de pagamento.

ENCARGOS SOCIAIS – recolhimento parcial do FGTS sobre a folha de pagamento de salários; pagamento de INSS em duplicidade relativamente à competência Dezembro/2007 e respectivo 13º salário.

LIVROS E REGISTROS – ocultação de passivo nos registros contábeis relativos a despesas da saúde através de Termo de Parceria.

DISPÊNDIOS COM PESSOAL – representativos de 48,10% da Receita Corrente Líquida.

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA – inobservância do artigo 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal; não cumprimento do artigo 112 da Lei nº 4.320/64.

ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL – cumprimento parcial.

SISTEMA AUDESP – constatação de divergências, em detrimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais foram fixados pela Lei nº 1.325, de 12 de agosto de 2004 (fl.449 do anexo III).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Apesar de a Lei nº 1.588, de 07/07/09, ter concedido a revisão geral de 5,53% a partir de 01/05/2009, os Agentes Políticos não tiveram seus vencimentos alterados, permanecendo os mesmos valores estipulados quando da revisão praticada pela Lei nº 1.528/08.

A Auditoria não constatou pagamentos a maior durante o exercício (fl.70).

Regularmente notificada (fl.86), a Prefeita, por seu Secretário Jurídico e Procuradora Municipal, apresentou as alegações de defesa constantes de fls.93/127, acompanhadas dos documentos de fls.128/202 (volume I) e (fls.203/261 do volume II), procurando justificar pontualmente as máculas suscitadas pela fiscalização.

Analisando a matéria sob o enfoque econômico, Assessoria Técnica de ATJ acolheu as razões da origem, especialmente quanto à situação de emergência enfrentada pelo Município, em decorrência das fortes chuvas, contribuindo para o resultado orçamentário negativo. Consignou, ainda, que o pagamento dos precatórios se deu em conformidade com a jurisprudência desta Corte e que os demais demonstrativos contábeis denotaram situação de equilíbrio das contas, concluindo, pois, no sentido da aprovação da matéria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Quanto ao prisma jurídico, o Órgão Técnico manifestou-se pelo parecer favorável, sem prejuízo de recomendações e da proposta de formação de apartado para o exame das licitações.

Tais pronunciamentos foram endossados pela Chefia de ATJ.

Subsidiou o exame das presentes contas o Acessório nº 279/126/09, tratando do assunto relativo ao Acompanhamento da Gestão Fiscal.

Este é o relatório.

s



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO

A gestão da **Prefeitura de Juquitiba**, relativa ao **exercício de 2009**, apresentou os seguintes resultados:

Execução Orçamentária: déficit de 0,74% - R\$ 274.894,57

Aplicação Ensino: 26,27% **Magistério:** 81,75% **Fundeb:** 100%

Despesas com Saúde: 21,03% **Gastos com Pessoal e Reflexos:** 48,10% **Subsídios dos Agentes Políticos:** em ordem.

Da análise dos autos verifico que os segmentos fundamentais de gestão mereceram investimentos em perfeita conformidade com as disposições legais e constitucionais disciplinadoras, sendo que os pagamentos dos subsídios dos Agentes Políticos foram efetuados de acordo com os critérios de fixação.

Relativamente à Aplicação no Ensino, há que se registrar a utilização de 99,96% dos recursos provenientes do Fundeb durante o exercício em apreço, sendo a parcela diferida devidamente empenhada e utilizada no primeiro trimestre de 2010, em atendimento ao disposto no artigo 21 da Lei nº 11.494/07.

Como bem analisou a Assessoria Técnica de ATJ, procedentes as alegações da Prefeita ao asseverar que o resultado orçamentário negativo decorreu especialmente da situação de emergência enfrentada pelo Município, devido às fortes chuvas na



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

região, declarada nos termos do Decreto nº 42, de 30 de outubro de 2009 (fls.194/202 do volume I) e (fls.203/222 do volume II), consoante comprovou com a documentação carreada aos autos.

Quanto aos demais demonstrativos contábeis, ressaltou superávit econômico, diminuição da dívida fiscal líquida, investimento de 8,60% da Receita Corrente Líquida, aspectos que se revelaram favoráveis às contas da Municipalidade.

Disse, ainda, que as impropriedades verificadas no resultado financeiro e entre os sistemas econômico e patrimonial não se confirmaram nos lançamentos de 2009.

As transferências à Câmara de Juquitiba foram efetuadas em obediência ao limite imposto pelo artigo 29-A da Constituição Federal.

Referentemente aos Precatórios, a Auditoria informou que a Prefeitura efetuou o pagamento dos requisitórios de baixa monta incidentes em 2009 e mais 10% do saldo advindo de anos anteriores, dando, pois, atendimento aos preceitos constitucionais e à posição jurisprudencial da Corte sobre a matéria.

Consigne-se, ainda, que o Balanço Patrimonial registrou corretamente as pendências relativas ao passivo judicial –



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna (fl.65 do Anexo I).

A Chefe do Executivo apresentou, também, plausíveis alegações acerca de várias falhas apontadas pela Auditoria (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, Ordem Cronológica de Pagamentos, Cargos em Comissão, Encargos Sociais, Recomendações do Tribunal) podendo, com isso, ser relevadas e constituir-se em objeto de alerta à Administração. Considerando, ainda, as providências regularizadoras anunciadas sobre outros tópicos, caberá à Auditoria verificar a efetiva implementação.

Nessas condições e acolhendo as manifestações de ATJ, voto pela emissão de **parecer favorável** às contas da **Prefeitura de Juquitiba**, relativas ao **exercício de 2009**, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

À margem da decisão e mediante ofício, recomende-se à Administração o que segue: aprimorar os mecanismos de cobrança da cobrança da dívida ativa; atentar para os ditames da Lei nº 4.320/64, em especial quando da realização de despesas, adiantamentos e da abertura de créditos suplementares; receber somente documentos fiscais corretamente preenchidos, para fins de prestação de contas; adotar providências no sentido de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

aperfeiçoar o planejamento na elaboração da lei orçamentária; buscar sempre o equilíbrio entre receitas e despesas, visando à busca do equilíbrio das contas preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal; observar os preceitos da Lei nº 8.666/93, nas futuras licitações e contratos; atentar que a utilização da receita proveniente de royalties deve ocorrer nos moldes da legislação incidente; dar efetivo cumprimento às Instruções desta Corte, no que tange à remessa de documentos pelo sistema Audesp.

Caberá à Auditoria, quando da próxima fiscalização “in loco”, verificar a efetiva implementação das providências anunciadas pela Prefeitura nas alegações de defesa de fls.93/127.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro